

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 131Data 10 de abril de 1981 Pg.: \_\_\_\_\_

## Denunciado documento sobre índio

Da sucursal  
e do correspondente

Um documento confidencial preparado pela agência central do SNI e encaminhado pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República ao seu colega Mário Andreazza, do Interior, recomendando a imediata revisão do Estatuto do Índio e instruindo a Funai a não apoiar a criação da União das Nações Indígenas, foi divulgado ontem em Manaus pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi — Norte I.

O documento do SNI, assinado pelos assessores jurídicos Paulo César Caltado e Inocêncio Martires Coelho, reconhece "os graves inconvenientes de as nações indígenas se associarem numa entidade cuja organização de fato já se faz com o 'apadrinhamento' de pessoas notoriamente dedicadas à incompatibilidade dos índios com a política indigenista definida pelo governo", e questiona a viabilidade legal da criação de pessoa jurídica por deliberação dos indígenas, manifestada pelo procurador-geral da Funai.

Observa também o documento do SNI que as "falhas do Estatuto do Índio chegam a permitir situações esdrúxulas como a de índios que permanecem na condição de tutelados do Poder Público, gozando das regalias da incapacidade relativa, embora diplomados em cursos superiores, eleitores e até vereadores, portanto legisladores".

Após afirmar que os índios podem fundar entidades desde que a Funai concorra com sua assistência e sanção, segundo o procurador da Funai, o SNI aconselha o reexame da matéria, visando prevenir que os índios "e seus 'padrinhos' se valham do admitido no parecer do procurador da Funai para tentar constranger o governo a dar-lhes legitimação ao organismo por eles criado de fato".

Em nota que distribuiu em Manaus juntamente com as cópias do documento preparado pela agência central do SNI e do ofício do ministro-chefe da Casa Civil encaminhando-os a Mário Andreazza, o Cimi afirmou que a pressão do governo junto ao ministro do Interior e à Funai para impedir a criação da União das Nações Indígenas "é uma medida repressiva e visa atingir diretamente a crescente organização dos povos indígenas". Denúncia no mesmo sentido foi divulgada em Brasília pelo vice-presidente da entidade, d. Tomas Balduino, bispo de Goiás Velho. Ele entende que o "absurdo para o governo e a Funai é o fato de o índio caminhar no sentido de ter a sua autodeterminação, a sua liberdade".

Segundo d. Tomas Balduino, só agora a Funai está-se apercebendo dos aspectos positivos do Estatuto do Índio, porque, como disse, sempre desobedeceu aos seus princípios. "Com a militarização da Funai — acrescentou —, o índio passou a ser visto como um perigo para a segurança nacional, tornando-se objeto de supervisão dos órgãos de segurança."

Manifestando-se sobre o assunto por intermédio da sua assessoria de imprensa, a Funai reafirmou a posição manifestada pelo seu conselheiro e seretanista Orlando Villas Boas perante a Comissão do Interior da Câmara, em setembro do ano passado, de que "não vê como conciliar a União das Nações Indígenas com a emancipação, porque qualquer pessoa que se pode organizar está emancipada e nós não queremos isto. Uma organização — no entender da Funai — seria a autodeterminação dos índios".